

CENSO SUAS E O CONTROLE SOCIAL – INTERFACE COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DOS ANOS DE 2010 – 2019.

Cesar Alexandre Ribas Oliveira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Vanessa Rombola Machado (Orientadora). E-mail: vrmachado2@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Serviço Social/Serviço Social Aplicado

Palavras-chave: Censo Suas; Controle Social, SUAS.

RESUMO

O artigo explora a evolução da assistência social no Brasil, destacando a transformação a partir da Constituição Federal de 1988, que consolidou a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado. A Constituição de 1988 integrou a Assistência Social ao sistema de Seguridade Social. A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 foram fundamentais para a universalização dos direitos sociais e a descentralização da gestão. A pesquisa utiliza a metodologia de pesquisa do Estado da Arte, para analisar a produção acadêmica recente sobre a Política de Assistência Social e SUAS, apontando tendências e lacunas, especialmente em relação ao Censo SUAS e ao controle social. Verificou-se a importância do controle social e da participação acadêmica na melhoria contínua das políticas públicas de assistência social.

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre a Política de Assistência Social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, sendo consolidada como direito do cidadão e um dever do Estado. A partir deste contexto, e com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 (e posteriormente a criação do Sistema Único de Assistência Social -SUAS, em 2004), a Assistência Social passa se constituir uma Política Social estruturada, com um sistema descentralizado e participativo de gestão e controle social.

O presente artigo busca analisar, a partir do Estado da Arte, como a temática Assistência Social, Censo Suas e Controle Social tem se desdobrado nas produções acadêmicas recente nas áreas de assistência social. A análise inclui uma revisão detalhada das publicações em revistas acadêmicas "Serviço Social e Sociedade", "Temporalis" e "Katálysis", além de uma investigação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição Federal de 1988 consolida a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado, integrando-a ao tripé da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência (artigo 194 da CF/88). Trouxe a visão de cidadania, universalização dos direitos sociais, estabelecendo a assistência social como um pilar fundamental para a promoção dos direitos e a redução das desigualdades.

Desta maneira, o Estado passou a ser responsável por garantir serviços e benefícios que atendam às necessidades básicas da população, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A Constituição fornece o fundamento para o início da formulação de uma nova estrutura para a política pública de assistência social no Brasil. Yazbek (2008 p.15) destaca essa formulação:

Com a Constituição de 1988, tem início o processo de construção de uma nova matriz para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ocorre em 1993 (Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). Esta Lei oferece diretrizes concretas para a consolidação da política de assistência na lógica da descentralização e com ênfase na importância do Controle Social.

Para enfrentar os desafios de ligar os aspectos regionais com a nacional, a LOAS propôs a criação de um comando único em cada nível de governo, federal, estadual e municipal, com foco na descentralização e participação da população (art. 5 da LOAS)

O SUAS foi aprovado na V Conferência Nacional em 2005. Visa garantir o acesso universal e equitativo aos direitos socioassistenciais, atendendo às necessidades de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. É organizado de forma descentralizada e participativa, com a gestão compartilhada

entre os níveis federal, estadual e municipal. A gestão descentralizada permite que os serviços sejam adaptados às realidades regionais, com participação ativa da sociedade civil por meio de conselhos de assistência social em todos os níveis de governo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada por meio da metodologia do Estado da Arte (realizada entre 2023/2024). Esta versou sobre publicações em Revista específicas do Serviço Social com Qualis A1 e A2.

A Revista Katálysis, entre os anos 2009 e 2019 publicou 27 revistas, totalizando 353 artigos. Destes, 15 versaram especificamente sobre a Política de Assistência Social. No ano de 2015, o volume 18 publicou dois artigos que mencionaram o Censo Suas.

Já a Revista Serviço Social e Sociedade, no mesmo período, publicou 36 revistas, totalizando 296 artigos. A maioria dos números analisa questões como o papel do Serviço Social em diferentes contextos sociais, a crise econômica, as políticas públicas e o impacto das regulamentações no trabalho dos assistentes sociais. Os artigos publicados não focam no Censo SUAS ou no Controle Social, isso indica uma lacuna na discussão do Censo SUAS dentro da categoria profissional.

A Revista Temporalis teve 19 revistas publicadas no mesmo período, com 256 artigos. Contudo, apenas duas edições (2017 e 2018) mencionaram artigos sobre o Censo SUAS, com um único artigo em cada ano. Isso sugere que o Censo SUAS é um tema menos explorado nas publicações da revista, apesar de sua importância para o planejamento e gestão das políticas sociais. Não há registros de trabalhos especificamente focados em "Censo SUAS e Controle Social" em qualquer edição da revista durante o período analisado.

No Banco de Teses da Capes, entre os anos 2009 e 2019, foram publicados 5352 teses e dissertações que versam sobre Assistência Social. Contudo, quando usamos para a pesquisa os descritores: Política de Assistência Social, Censo Suas e Controle Social, tivemos apenas 5 publicações. No mesmo período, as dissertações aumentaram de 288 para 464, sinalizando um interesse expressivo em pesquisas de mestrado relacionadas ao SUAS. Isso pode estar relacionado com a consolidação do SUAS e a crescente necessidade de estudos aprofundados e análises críticas sobre sua implementação e impacto.

CONCLUSÕES

Analisando o estado da arte sobre o tema, nota-se um crescente interesse acadêmico em torno da assistência social e do SUAS, refletido no aumento significativo de publicações e pesquisas na área. Entre 2009 e 2019, observou-se um crescimento constante na produção acadêmica sobre esses temas, indicando uma maior mobilização para estudar e aprimorar o sistema de proteção social. No entanto, ainda existem lacunas importantes, como a pouca exploração do Censo SUAS e do controle social, que são temas essenciais para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas.

A análise das principais revistas acadêmicas, "Serviço Social e Sociedade", "Katálysis" e "Temporalis", revela um foco mais amplo nas políticas sociais, com menos ênfase em temas específicos como o Censo SUAS. A diversidade de artigos e a variação na cobertura desses temas indicam a necessidade de mais estudos direcionados para preencher essas lacunas e aprofundar a compreensão sobre o impacto e a eficácia das políticas de assistência social.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FA - UEM) pelo financiamento da minha bolsa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 jul. 2024.

Brasil. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: ,<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 1 ago. 2024.

33° Encontro Anual de Iniciação Científica
13° Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



10 e 11 de Outubro de 2024

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. Revista Praia Vermelha, 2008. Disponível em: <<https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2017/03/Carmelita-Yazbek.pdf>> Acesso em: 1 ago. 2024

